

Grupo Temático de Critério de Suprimento
GT Modernização do Setor Elétrico
Portaria nº 187/2019

Contribuição da Norsk Hydro para a Consulta Pública MME nº 77/2019

Sobre a Norsk Hydro Brasil

A Hydro é uma empresa global de alumínio totalmente integrada ao longo da cadeia de valor. A empresa tem 35.000 funcionários envolvidos em atividades em mais de 40 países.

No Brasil, a empresa possui a mina de bauxita em Paragominas-PA, a maior refinaria de alumina do mundo, a Hydro Alunorte, localizada em Barcarena-PA e a maior parte da Albras, também localizada em Barcarena-PA. A Hydro também detém 5% das ações da maior produtora de bauxita do Brasil, a Mineração Rio do Norte - MRN, localizada em Porto Trombetas-PA.

As operações no Pará representam juntas um consumo de cerca de 1 GW, com 50 MW na mina de bauxita de Paragominas, 150 MW na refinaria de alumina Alunorte e cerca de 800 MW na fundição de alumínio da Albras.

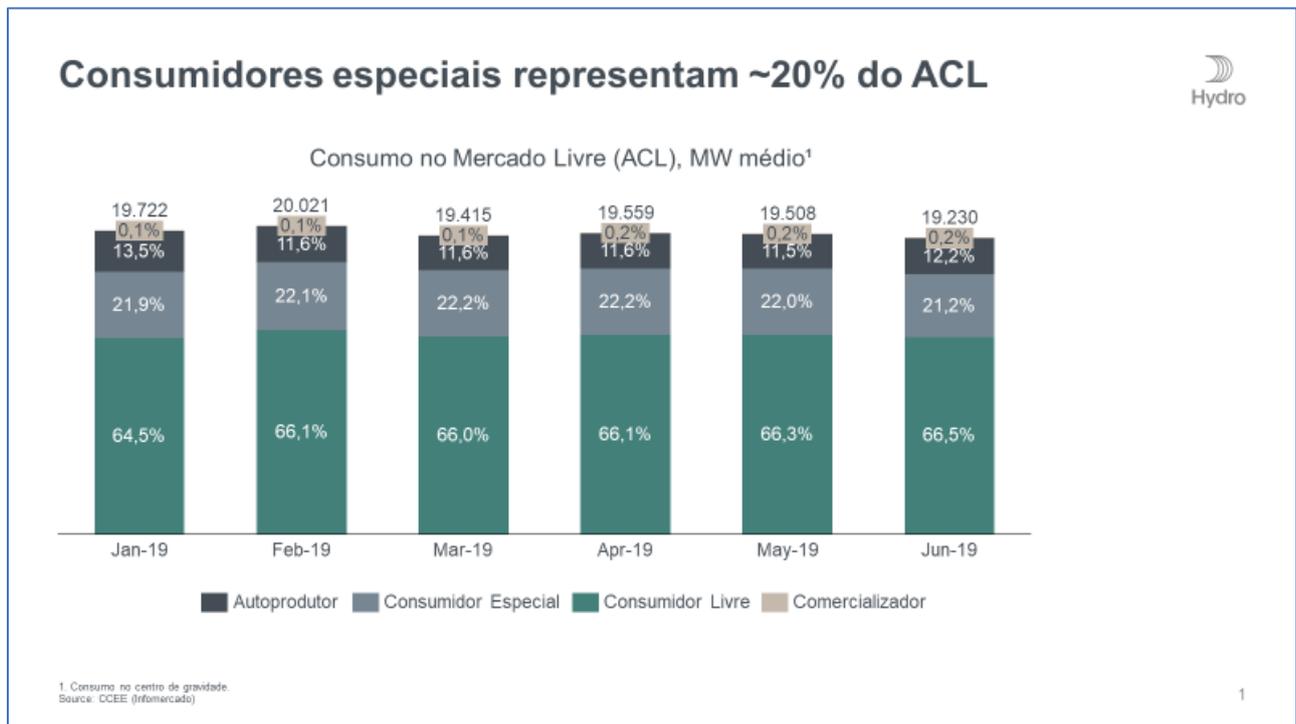
As operações de *downstream* incluem plantas de soluções de extrudados em Santa Catarina e São Paulo. Eles respondem por um consumo de 10MW.

A Hydro também opera na comercialização de energia no Mercado Livre através da Hydro Energia, uma comercializadora sediada em Belém do Pará atuante em todo território nacional.

Para mais informações sobre a Norsk Hydro no Brasil, consulte <https://www.hydro.com/pt-BR/>.

Considerações iniciais

A presente proposta extingue a reserva de mercado das chamadas fontes especiais¹, uma vez que permite que consumidores com carga entre 500 kW e 3 MW comprem energia de qualquer fonte. Desta forma, a proposta incrementa o tamanho do Ambiente de Comercialização Livre (ACL) “convencional” em cerca de 20% (ver esquema abaixo).



Incorporar os consumidores especiais no Mercado Livre *convencional* significa uma expansão de ~20% - Fonte: CCEE (Infomercado)

Este processo de abertura está proposto em três etapas, garantindo gradualismo na transição de consumidores menores para o mercado “convencional”. De acordo com a *Nota Técnica 6/2019/CGCE/DGSE/SEE*, o processo se inicia em janeiro de 2021, progredindo por 12 meses até o janeiro de 2022:

- a) a partir de 1^o de janeiro de 2021, os consumidores com carga igual ou superior a 1.500 kW;
- b) a partir de 1^o de julho de 2021, os consumidores com carga igual ou superior a 1.000 kW; e
- c) a partir de 1^a de janeiro de 2022, os consumidores com carga igual ou superior a 500 kW

A eliminação do “segmento especial” de consumo no Mercado Livre é o primeiro passo para sua expansão sustentável, alargando as opções comerciais para consumidores livres assim como permitindo que nova capacidade de geração seja fomentada. **Enxergamos que a extinção do conceito de Consumidor Livre Especial será benéfica para todo o mercado.**

¹ Usinas com capacidade igual ou inferior a 5 MW, PCHs e fontes solar, eólica e biomassa menores que 50 MW.

Hydro apoia a expansão do mercado de energia através do Ambiente de Comercialização Livre (ACL). **Acreditamos que a abertura do mercado deva ser pautada pelos princípios de eficiência de custos, transparência e incorporação de tecnologias.** No documento de *Diagnóstico Geral e Propostas de Aprimoramentos* publicado pelo Grupo de Trabalho (GT) para a Modernização do Setor Elétrico, estes princípios parecem estar abarcados no diagnóstico do modelo atual. Ao listar as razões para a Modernização do setor, o documento lista três itens:

*(i) **Evoluções tecnológicas**, que introduzem novos elementos aos sistemas elétricos, como recursos energéticos distribuídos, geração não controlável e digitalização (existe potencial de otimização no uso dos recursos e ganhos de competitividade);*

*(ii) **Melhoria dos sinais econômicos, necessidade de revelação dos custos** (explícitos e implícitos) para redução de sinais distorcidos, incompletos e não alinhados ao ótimo sistêmico, como consequência da estrutura de subsídios e encargos e de uma granularidade temporal e espacial dos preços não aderente à dinâmica da oferta e demanda; e*

*(iii) **Gestão centralizada de riscos e riscos alocados sem os correspondentes instrumentos para sua gestão, a partir de decisões sem adequada informação** (o que pode causar ineficiência econômica e insegurança jurídica, e, por vezes, injustiça distributiva).*

Neste diagnóstico, enxergamos que o GT identifica os mesmos princípios que acreditamos que devam pautar a abertura do setor – eficiência de custos, transparência & inclusão de tecnologias. No que tange a presente Consulta Pública, a proposta na *Nota Técnica 6/2019/CGCE/DGSE/SEE* parece contribuir de maneira relevante para a eficiência de custos. A eliminação do “segmento especial” no Mercado Livre abre novas oportunidades de contratação para clientes menores, fomentando competição e potencialmente reduzindo ou eliminando o “*premium*” praticado hoje para as chamadas fontes incentivadas.

Nossa Contribuição

Desde a CP 033/2017, a Hydro enfatizava a importância da eficiência de custos na abertura do mercado, indicando que o “**objetivo da abertura do mercado deve ser a redução de custos como consequência, e não como causa**”. Esta posição é ainda hoje fundamental.

Ainda no contexto da Consulta Pública 033/2017, fomos enfáticos em apontar as vantagens da redução dos limites para acessar o Mercado Livre. Esta posição continua relevante e, portanto, reproduzimos abaixo:

A abertura do mercado confere dinâmica, liquidez de preços e maior desenvolvimento da livre escolha. Uma possível contribuição é a previsão da abertura do mercado em 2020 (500 kW) em vez de 2022. Em

conformidade com a sugestão acima, no caso da sólida adesão e migração de consumidores nos anos iniciais (ainda não classificadas como convencionais), é possível perceber um aumento significativo na subvenção (por meio do CDE).

A Hydro acredita ser necessário um mecanismo de inalterabilidade do valor dos incentivos relacionados com a migração de curto prazo (2018–2020), caso ocorram por meio do mecanismo de incentivos. Mesmo apoiando a antecipação de migração, esse número de clientes do mercado regulado para o mercado livre não deve aumentar os custos para os clientes atuais do mercado livre.

Hoje, parece não haver tempo hábil para cumprir o prazo de abertura sugerido pela Hydro na CP 033/2017 (2020). Porém, acreditamos que o prazo de 2021 para início do processo de migração é adequado, dando possibilidade aos diferentes atores impactados (distribuidoras, comercializadoras, consumidores, entre outros) para se planejarem de acordo.

Mais uma vez, a referida contribuição de 2017 frisa a importância da eficiência de custos para um setor que vem sofrendo com imprevisibilidade e baixa transparência nos encargos setoriais. **É fundamental que os consumidores não arquem com potenciais desequilíbrios gerados na migração para o Mercado Livre “convencional”**. Na Contribuição feita na Consulta Pública MME nº76/2019 sobre o a obrigatoriedade de uso do *comercializador varejista*, a Hydro alerta para o risco de potenciais desequilíbrios nas distribuidoras:

(...) mais urgente que a caracterização do varejista, enxergamos como fundamental equacionar o serviço de distribuição para possibilitar a expansão sustentável do Mercado Livre, evitando desequilíbrios nas distribuidoras, causado por sobrecontratação de energia. Isto é, torna-se fundamental separar a Parcela A (energia) da Parcela B (“fio”) na tarifa das distribuidoras.

Neste sentido, há que se considerar mecanismos de mercado que evitem o comprometimento do equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras. Uma opção seria o Mecanismo de Vendas de Excedentes – MVE.

Adicionalmente, vale ressaltar que “fontes especiais” já oneram os consumidores via encargos, se tornando uma subvenção importante para fontes em grande medida já competitivas. De acordo com estimativas da *TR Soluções*², subsídios cruzados na forma de descontos tarifários para consumidores que consomem “energia incentivada” no Mercado Livre equivalem à uma conta de R\$ 2,7 bilhões em 2019, equivalente à mais de 10% do orçamento previsto para a CDE para o mesmo ano (R\$ 20,2 bilhões). Trata-se do segundo maior desconto dado pela CDE para uma classe consumidora específica³.

² Obtidas através da ferramenta SETE: <https://www.trsolucoes.com/sit/>

³ A maior conta de desconto na CDE é para consumidores rurais, somando R\$ 3,3 bilhões no orçamento de 2019.

No que tange o fomento da concorrência e equidade de tratamento no ACL, a Hydro está alinhada com a proposta da presente Consulta Pública. A *Nota Técnica 6/2019/CGCE/DGSE/SEE* indica os impactos da eliminação do “segmento especial”:

a) *Possível equalização do preço da energia elétrica devido ao **aumento da concorrência** entre os tipos de energia convencional e incentivada;*

b) **Ganho de eficiência devido ao aumento da competitividade** entre esses tipos de fontes de energia, estimulando investimentos em inovação e modernização; e

c) Aumento da **igualdade de acesso** dos consumidores ao ACL, permitindo, por exemplo, que competidores de um mesmo segmento econômico deixem de ser discriminados em função do seu porte de consumo, o que amplia a competição.

Enxergamos que estes impactos como positivos para aumentar a eficiência de custos e transparência no ACL. Mais uma vez, o que está proposto está em linha com os princípios que defendemos para abertura do mercado. Apoiamos também o respeito aos contratos vigentes, uma vez que a proposta atual, de acordo com a *Nota Técnica 6/2019/CGCE/DGSE/SEE*, “(...) não reduz direitos dos geradores e amplia as opções de compra dos consumidores no ACL”.

Finalmente, a Hydro se coloca à disposição para colaborar com o MME e as entidades setoriais no processo de abertura do mercado. Reafirmamos nosso compromisso em contribuir para uma expansão do Mercado Livre pautada em eficiência de custos e transparência.

Com os melhores cumprimentos,



Daniel M. Gorodicht
Gerente de Política Energética para o Brasil